

Sexualidade, amor e moral no anarquismo espanhol: reflexões a partir de Lucía Sánchez Saornil

THIAGO LEMOS SILVA

Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia, professor do Centro Universitário de Patos de Minas e pesquisador do Nephispo (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política). e-mail: thiagols@unipam.edu.br

Em nossos centros, [...] basta um jovem se enfrentar com alguém do sexo contrário que a questão sexual surge como que por encanto e a liberdade de amar torna-se o único tema da conversa (Saornil, 2015, p. 49-50).

Este fragmento de Lucía Sánchez Saornil¹ nos oferece um termômetro para que possamos mensurar o lugar único ocupado pela sexualidade nas campanhas gestadas no interior do anarquismo espanhol desde os primeiros anos de 1920, momento este marcado por um verdadeiro *frenesi* de conferências, livros, opúsculos, folhetos, novelas e revistas especializadas nos temas afins. Em íntima conexão com as ideias de maternidade consciente, controle da natalidade e planejamento familiar, assistimos ao surgimento de um número significativo de

¹ Lucía Sánchez Saornil nasceu em 13 de dezembro de 1895, em Madrid. Oriunda de uma família proletária formou-se de modo autodidata. Em 1914, com 19 anos, publicou seu primeiro poema de inspiração modernista, intitulado “Nieve”, no semanário *Avante*, de Ciudad Rodrigo. Em 1918 participou como militante ativa do ultraísmo, sendo a única poetisa a publicar nas revistas deste movimento estético de vanguarda. Em fins da década de 1920, por causa do aumento dos conflitos laborais na Telefônica, onde trabalhava como telefonista, vinculou-se à central de orientação anarcossindicalista CNT. Ao lado de Mercedes Comaposada e Amparo Poch y Gascón, ela foi uma das iniciadoras de *Mujeres Libres*. Com a derrota para Franco, Lucía se exilou na França, de onde retornaria cerca de três anos depois. Durante o franquismo, manteve-se completamente desligada das atividades políticas. Lucía morreu em 2 de junho de 1970 em Valencia, vitimada por um câncer de pulmão. Ver: Borrás (2014); Casamitjana (1996a); Goutte (2011); Miguel, Rotischelli, Silva (2015).

escritos que pregam o fim da atividade sexual como função exclusivamente reprodutora, do casamento monogâmico indissolúvel e da dupla moral, advogando em seu lugar métodos anticoncepcionais para que homens e mulheres pudessem gozar plenamente de sua sexualidade, do amor livre e de uma nova moral sexual.

Como, entretanto, a militância libertária construiu suas práticas e discursos no que se refere à sexualidade, amor e moral? As diferenças entre homens e mulheres são percebidas e tematizadas de que maneira? Quais rupturas e continuidades podem ser evidenciadas em decorrência do ingresso da perspectiva feminina no debate sobre a questão sexual, terreno até então monopolizado por um olhar essencialmente masculino? E, mais, em que medida este projeto mantém ou subverte a ordem patriarcal vigente naquele contexto?

Tomando como ponto de partida os ditos e escritos de Lucía Sánchez Saornil sobre “A questão feminina em nossos meios”², uma série de cinco artigos escritos e publicados pela autora no periódico barcelonês *Solidaridad Obrera*, em fins de 1935, ou seja, no contexto que precede a guerra e a revolução espanhola em 1936, o presente artigo busca, na direção aberta pelos estudos de gênero, interrogar a historicidade do lugar da sexualidade, em especial a feminina, no movimento anarquista e anarcossindicalista espanhol na década de 1930. Este lugar constituirá um ponto de partida incontornável para o trabalho posteriormente desenvolvido pela autora na organização *Mujeres Libres* ao longo de quase três anos.

SEXUALIDADE

Nas primeiras décadas do século XX, o anarquismo e o anarcossindicalismo espanhol constituem-se num vigoroso movimento de massas, colocando-se à frente de uma série de greves, atos, motins e insurreições, com o objetivo de preparar a classe operária para o processo revolucionário que daria fim ao capitalismo e ao Estado, erigindo em seu lugar uma sociedade em que todos e todas seriam livres e iguais. Embora tradicionalmente a ideologia libertária tenha apresentado uma crítica multidimensional do poder, reconhecendo a existência da dominação de gênero, ao privilegiar, entretanto, a dominação de classe, acabou-se por entender que o fim da segunda acarretaria automaticamente no fim da primeira, o que, por seu turno, relegou a luta das mulheres a um estatuto secundário.

Nesse sentido, a despeito da forte penetração anarquista no mundo operário, chegando a fundar sindicatos (*CNT-Confederação Nacional do Trabalho*), organizações específicas (*FAI- Federação Anarquista Ibérica*), grupos juvenis (*FIJL- Federação*

² Estes artigos, somando-se a outros, foram recentemente traduzidos e organizados por mim para o português. Ver: Saornil (2015). Usarei esta edição para referenciar as citações ao longo de meu artigo.

Ibérica das Juventudes Libertárias), dentre outras instituições, que contavam com milhões de trabalhadores e trabalhadoras, as questões de classe sobrepunham-se às questões de gênero, de tal modo que acabavam por aceitar e naturalizar a dupla dominação das mulheres operárias nas diversas instâncias do movimento libertário.

Vi muitos lares, afirmou Lucía, não de simples confederados, mas de anarquistas regidos pelas mais puras normas feudais [...] Na sua imensa maioria, os companheiros, com exceção de uma meia dúzia de bem orientados, tem uma mentalidade contaminada pelas mais características aberrações burguesas. Enquanto reivindicam contra a propriedade, são os mais furibundos proprietários. Enquanto se erguem contra a escravidão, são os amos mais cruéis. Enquanto vociferam contra o monopólio, são os mais encarniçados monopolistas (Saornil, 2015, p. 33).

Com objetivo de reverter tal situação, nos anos de 1920, iniciou-se um amplo projeto de reforma sexual. O referido projeto buscava equacionar a questão sexual e, dentro desta, a questão feminina, a partir de um enfoque que abarcasse os múltiplos campos da vida social, que vão desde a incorporação da mulher como força de trabalho igual ao homem até uma maior inserção das mulheres nas diversas instâncias políticas no movimento libertário, passando pela libertação sexual da mulher.

Recolhendo e resignificando o legado de Thomas Malthus, em consonância com sua ideologia ainda em fins do século XIX, Helena Andrés Granel (2008) explicita que os e as anarquistas entendiam que fome, epidemias e guerras não eram resultados de um desequilíbrio gerado pela progressão geométrica da população, por um lado, e a progressão aritmética das subsistências, por outro. Muito pelo contrário, entendiam que tais fenômenos decorriam da desigualdade social criada pelo modo de produção capitalista. Entendendo que o crescimento populacional entre as famílias operárias favorecia o *status quo*, na medida em que multiplicava as doenças, barateava a mão de obra e ainda fornecia soldados para lutarem nas guerras, libertários e libertárias entenderam que o controle da natalidade deveria se converter em uma questão chave na mudança revolucionária.

Para tanto, advogaram a utilização de métodos anticonceptivos e não a abstinência sexual, como o fazia Malthus. O reconhecimento, aliás, de que as mulheres tinham o mesmo direito que os homens a exercerem livremente sua sexualidade, levaram os e as anarquistas a divulgarem um sem fim de métodos que pudessem evitar gravidezes não desejadas. Nas páginas de revistas como *Estudios*, *Nuevos Tiempos* ou *Generación Consiente*, o público leitor poderia tomar conhecimento de métodos anticoncepcionais tanto masculinos, como o coito *interruptus*, a capota americana e o condão resistente; quanto femininos, como o ogino, a absorvita e o *pesario securitas*.

Ante à procriação irrefletida e inconsciente, que reduzia a mulher a condição de máquina destinada a fabricar uma prole numerosa e pobre, a militância libertária irá investir na ideia de procriação refletida e consciente, construindo um contexto favorável para que as mulheres pudessem escolher onde, quando e com quem teriam seus filhos e filhas³. Essa era uma das condições básicas para que a sexualidade feminina fosse liberada de sua dimensão reprodutiva e alcançasse sua dimensão recreativa.

Como indica Richard Cleminson (1996), esses esforços iam ao encontro da opinião de que a repressão sexual era um dos principais dispositivos de poder e dominação dos homens, em geral, e das mulheres, em particular. Daí a necessidade de aboli-los como condição indispensável para a emergência e consolidação de relações mais liberadas e integradas entre os gêneros, segundo a concepção anárquica. Tal estratégia é corroborada por Lucía quando, em diálogo com seus interlocutores, coloca em relevo a seguinte constatação:

Mesmo que, conseguido meu primeiro objetivo, poderia dar meu trabalho por encerrado, porém não o farei assim, decidida como estou – é uma aspiração que data de longo tempo – a trabalhar sem descanso para conseguir a incorporação definitiva da mulher em nosso movimento. Não quis deixar de lado nenhuma circunstância, fato ou atuação sem assinalar em que medida podem ser proveitosos ou perniciosos para a realização de nossos fins em relação às mulheres. Duas manifestações – uma muito discreta de M. R. Vázquez e outra, concretíssima desta valente mulher que é Maria Luisa Cubos – impeliram-me a um tema que apaixona o mundo atualmente – o sexual –; tão estreitamente ligado ao que vem nos ocupando que diria que um é fundamento do outro (Saornil, 2015, p. 48).

Apesar das rupturas introduzidas pela reforma sexual anarquista em relação aos valores dominantes, que são significativas se considerarmos o fato de que a Espanha de princípios do século XX ainda vivia sob a rígida e conservadora moral católica, é possível evidenciar também muitas continuidades em relação a estes mesmos valores. Com efeito, a adesão à teoria da diferenciação sexual, muito em

³ No entanto, é necessário assinalar o registro ambíguo no qual se inscreve este discurso sobre a maternidade consciente. Se, por um lado, ele reconhece os direitos reprodutivos da mulher, na medida em que questiona a identificação entre sexualidade e procriação, por outro, acaba reforçando a naturalização do papel materno como uma função essencialmente biológica, visão esta compartilhada praticamente em uníssono pela maioria esmagadora do movimento libertário. Acerca desta visão, Lucía escreveu: “a mulher não é mais do que uma matriz tirânica que exerce suas influências obscuras até os últimos recantos do cérebro; toda vida psíquica da mulher é subordinada a um processo biológico, e tal processo biológico não é outro que o da gestação”. “Nascer, sofrer, morrer”, dissemos num artigo anterior. A ciência veio modificar os termos, sem alterar a essência desse axioma: “Nascer, gestar, morrer” (Saornil, 2015, p. 44-45).

voga na época, reforçou igualmente, porém, diferentemente a dupla moralidade ao estabelecer ideias distintas sobre a sexualidade feminina e masculina.

Na senda da trilha aberta pelo processo tardio de modernização capitalista na Espanha, Gregório Maraño (1929), dentre outros, temeroso com o que chamava de “masculinização” ou “virilização” da mulher, propôs-se a esclarecer o que viria a ser a verdadeira essência feminina, em conformidade com a teoria da diferenciação sexual, que veio substituir a teoria da inferioridade sexual. Partindo da ciência médica oitocentista, mas, ao mesmo tempo, indo além dela, Maraño operou a sexualização completa do organismo humano, buscando comprovar que os distintos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres correspondiam às suas diferenças sexuais, localizadas tanto nos órgãos primários (genitália, aparelho reprodutivo etc.) quanto nos órgãos secundários (cérebro, sistema endócrino etc.). Tal como sintetizou Lucía Sánchez Saornil,

frente ao dogma da inferioridade intelectual da mulher levantou-se o da diferenciação sexual. Já não se discute como no século passado, se a mulher é superior ou inferior; afirma-se que é diferente. Já não se trata de um cérebro de maior ou menor peso ou volume, mas de uns corpinhos esponjosos, chamados glândulas de secreção, que imprimem um caráter peculiar à criatura, determinando seu sexo e com este, suas atividades no campo social (Saornil, 2015, p. 44).

Inscrevendo-se na continuidade da crítica feminista de fins da primeira metade do século XX, os estudos de gênero tiveram nas décadas posteriores o mérito de sistematizar a ideia que as diferenças entre mulheres e homens decorrem menos de uma determinação biológica do que de uma criação cultural. Nesse sentido, Joan Scott esclarece que

seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de dominação [...]. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar construções sociais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1999, p. 75).

A associação de diferentes características à natureza feminina e outras à natureza masculina a partir de fatores biológicos no credo marañoniano não é um dado evidentemente fortuito. Muito pelo contrário, ela revela como que, baseada nas premissas de suposta neutralidade do saber médico, a teoria da diferenciação sexual buscou provar que a identidade de gênero de mulheres e homens era de-

terminada pelo seu sexo, escondendo de modo sofisticado uma hierarquia extremamente rígida acerca dos seus papéis e definindo previamente quais tarefas cada um e cada uma deveriam assumir na sociedade. Enquanto os homens, naturalmente dotados de altivez, coragem e razão, deveriam adentrar o espaço público, assumir cargos de liderança na política ou então colocar-se à frente do competitivo mundo do trabalho, as mulheres, naturalmente dotadas de submissão, passividade e afeto, deveriam permanecer confinadas no espaço privado, adotando a responsabilidade pela criação dos filhos e tomando conta do lar.

À luz de Joan Scott, podemos compreender a tentativa de Marañon em homologar sexo e gênero, como se existisse uma relação de causa e efeito entre ambos, não como uma simples constatação objetiva de um fenômeno natural, mas antes, como a expressão de uma convenção social, que nos remete à sociedade burguesa espanhola em vias de constituição na aurora do século XX. Nesse sentido, não haveria nada na “natureza feminina” que habilitasse a mulher para a maternidade, o casamento e o labor doméstico etc.; nem nada na “natureza masculina” que habilitasse o homem para o trabalho remunerado, a política, a ciência etc. Embora o médico-endocrinologista dissesse que a mulher não era inferior, mas sim, diferente do homem, suas posições mostram até que ponto suas incursões científicas estavam comprometidas com interesses extra-científicos que estão na base do novo/velho regime patriarcal em solo espanhol.

Partindo de exemplos históricos de vida e/ou obra de mulheres que se dedicavam ao trabalho, à ciência e exigiam seu lugar na sociedade, Lucía denuncia a teoria da diferenciação sexual, até então cuidadosamente ocultada sob o doce invólucro da objetividade científica, que visava provar a incapacidade feminina para exercer outro papel que não o de mãe-esposa-dona de casa. Tais fatos levaram-na a uma (re)consideração acerca da origem da diferença entre homens e mulheres.

Que a mulher é diferente? De acordo. Embora talvez essa diversidade não se deva tanto à natureza, como ao meio ambiente em que se desenvolveu. É curioso que, quando se extraíam tantas consequências da teoria do meio na evolução das espécies, esta seja completamente esquecida quando se trata da mulher. Considera-se a mulher atual como um tipo acabado, sem levar-se em conta que não é mais do que o produto de um meio permanentemente coativo e é quase certo que, restabelecidas no possível as condições primárias, o tipo se modificaria ostensivamente, burlando, talvez, as teorias da ciência que pretendem defini-la (Saornil, 2015, p. 44).

Apesar das críticas de Lucía, as obras de Gregório Marañon obtiveram uma ampla ressonância nos meios libertários. Santiago Valentí Camps, anarquista que tem em Marañon um interlocutor privilegiado, por exemplo, aplicando sua teoria da diferenciação sexual à sexualidade feminina, dizia que a mulher contava com

“uma maior sensibilidade para as coisas, um sentido mais estético e até um maior pragmatismo” (Camps *apud* Barrado, 2003, p. 124). Embora o referido autor se autointitulasse “um defensor das mulheres”, é forçoso levar em conta até que ponto a sedução pelo caráter supostamente objetivo da ciência presente em seu pensamento encobria o papel subalterno das mulheres nas múltiplas instâncias de um movimento ainda predominantemente masculino. Tal incoerência foi captada pela militante libertária com uma clareza incontornável, a qual não podemos nos furtar de trazer à tona a fim de evidenciar sua acuidade.

O que verdadeiramente me assusta é que companheiros que se chamam de anarquistas, alucinados, talvez, pelo princípio científico sobre o qual se pretende estar assentado o novo dogma sejam capazes de sustentá-lo. Frente a eles, assusta-me essa dúvida: se são anarquistas, não são sinceros; se são sinceros, não são anarquistas (Saornil, 2015, p. 46-47).

Posicionamentos como estes limitaram significativamente a envergadura do ambicioso projeto ao qual se propunham os anarquistas. Na senda da trilha aberta pela teoria da diferenciação sexual, o confinamento no espaço privado, a falta de formação técnico-profissional e a sua visão como sujeito passivo da atividade sexual criaram um contexto no qual a mulher estava longe de ser tomada como igual ao homem.

AMOR

Segundo Martha Ackelsberg (2005), as novas atitudes dos e das anarquistas para com a sexualidade tiveram um efeito considerável sobre o que compreendiam por amor e os relacionamentos conjugais que se desdobrariam dele. Tanto homens quanto mulheres dentro do movimento anarquista e anarcossindicalista espanhol enfatizavam que o amor deveria ser livre. Na visão libertária, a monogamia era produto de uma sociedade capitalista, que tomava a mulher como se fosse uma propriedade privada do homem, que ele poderia explorar livremente, seja para perpetuação da prole, seja para satisfação do seu desejo sexual.

Em diversos momentos, nos deparamos com artigos que associam monogamia, casamento e prostituição. Nesta perspectiva, o sentido de posse do homem sobre a mulher tornava a fronteira entre o casamento e a prostituição tênue, diferenciando-se por um único motivo: enquanto a esposa é propriedade de apenas um homem, a prostituta é propriedade de vários. No trecho que reproduzimos abaixo, Lucía Sánchez Saornil retoma e realça essa dimensão.

Sabe [...] com que objetivo foi criada a mulher, com que objetivo foi educada a mulher durante mil anos? Exclusivamente para excitar os sentidos do macho; para

este lhe dizer que para isto nasceu e que para isto lhe encaminhou toda a vida. Seu único horizonte era, e ainda não deixou de ser, o prostíbulo ou o matrimônio, ambos entrelaçados. Assim pôde dizer Charles Albert, em “Seu Amor Livre”: “Suponham que uma cortesã ao invés de exercer seu comércio na rua, está mais segura para encontrar todos os dias, na mesma hora, o mesmo cliente. Assim, o homem teve o tipo tão habitual de mulher obrigada a casar-se [...]”. Em torno desta solução única, giraram todas suas atividades (Saornil, 2015, p. 38-39).

Lucía nunca desenvolveu uma teoria sobre o amor livre, como haviam feito muitos outros e outras anarquistas. Nas poucas linhas que dedicou ao tema se limitou a assinalar o que já havia sido escrito. No lugar do casamento monogâmico indissolúvel, ela advogava a união livre, quer dizer, a capacidade de homens e mulheres escolherem voluntariamente suas companheiras e companheiros sem dar satisfação à Igreja ou ao Estado. Neste tipo de enlace, o único critério a ser levado em conta eram os sentimentos que unem o casal, os quais, quando cessam de existir, podem resultar na sua separação.

O relativo silêncio da autora no que se refere ao tema é sintomático de sua concepção de que o amor livre na sociedade capitalista é algo mais difícil de aplicar na prática do que de conceber na teoria. Apesar de reconhecer a importância da tópica para a libertação sexual da mulher, Lucía Sánchez Saornil se restringe a sublinhar os efeitos que tinham para o seu engajamento político no movimento libertário. Ao abordar o tema, a anarquista mantém uma postura extremamente claudicante, seja porque não o enfrenta diretamente (“não vou tratar o tema em si”) seja porque não se sente apta para abordá-lo (“outros são os chamados a fazê-lo com mais competência”).

Claudicância esta que vai de encontro com a audácia que caracteriza os poemas que escreveu sobre a sexualidade feminina durante sua juventude⁴, quando, sob o pseudônimo de Luciano de San Saor⁵, eu lírico masculino que fala a um interlocutor feminino, a autora rompe com a concepção platônica de amor, típica do modernismo novecentista, e explora a temática do amor paixão, inaugurada pela estética vanguardista vinculado ao ultraísmo. Na sua produção poética nos anos 1910 e 1920, diferentemente da sua produção ensaística nos de 1930, refuta explicitamente o ideal feminino que representa a mulher como objeto amado de simples veneração, e, em seu lugar, constrói uma feminilidade outra, alçando a mulher como sujeito ativo do desejo sexual.

⁴ Sobre sua produção poética, conferir Casamitjana (1996).

⁵ O fato de Lucía Sánchez Saornil se ocultar (ou se revelar) sob o pseudônimo de Luciano de San Saor levou a historiografia literária a duas interpretações diferentes no que concerne a sua escritura poética: a primeira entende que se trata de uma criação estética alheia a toda e qualquer confissão sentimental; a segunda o toma como expressão literária de suas inclinações lésbicas. A esse respeito ver: Anderson (2001) e Arguelles (2008).

Se dermos um passo além, justamente onde Lucía prudentemente se detivera, vamos nos deparar em nosso caminho com uma série de questões, que gostaria de formular para que possamos avançar na discussão: qual o motivo desta claudicância em abordar diretamente a sexualidade feminina, contrariamente ao que fazia com tanta naturalidade quando de sua juventude? Se a dominação sobre as mulheres passa pela sexualidade, sua emancipação também não deveria logicamente se iniciar por aí? As mulheres não teriam, afinal de contas, o mesmo direito ao prazer sexual que os homens? Ao realizar um breve balanço das campanhas em prol do amor livre nos anos precedentes, o tom lacônico com o qual a anarquista o encerra parece nos apontar para alguma direção.

É lamentável, mas as campanhas em prol de uma maior liberdade sexual nem sempre foram bem compreendidas [...]. Com efeito, baseada geralmente em alguns folhetos nem sempre escritos por pessoas competentes, toda a cultura sexual de nossos jovens reduziu-se a alguns conhecimentos rudimentares de fisiologia (Saornil, 2015, p. 49).

Passada a empolgação, acentuadamente marcada pela curiosidade inicial de um tema desconhecido pelo público operário, já era hora de constatar que as implicações suscitadas por estas campanhas foram completamente opostas àquelas esperadas, quando de seu início. Para além da qualidade ruim do material editado, da falta de capacitação dos conferencistas e da ausência de maturidade juvenil, a anarquista sugere um fator adicional. Vejamos no que ele consiste.

[Os homens] interpretaram a ordem da liberdade como um convite ao excesso e cada mulher que passa ao lado um objeto de seus apetites. [...] Por isso é comum entre eles a ideia de que a potência genital é o expoente mais genuíno da sexualidade e ignoram, em troca, como ela pode ser canalizada para atividades de valor ético mais elevadas. Liberdade para eles é o contrário do controle. E nada mais. Aí termina o problema. Frente à mulher seguem pensando, em geral, o mesmo que seus antepassados (Saornil, 2015, p. 49).

Por meio de caminhos perversos e insidiosos, a teoria da diferenciação sexual fez avançar nos meios libertários a imagem de que os homens são os sujeitos ativos, ao passo que as mulheres são os objetos passivos da atividade sexual. De fato, não encontramos nenhum argumento entre os homens de que as mulheres devam manter a castidade até o casamento, viver com um único companheiro até o resto de suas vidas ou apenas se relacionarem sexualmente apenas para fins reprodutivos, no entanto, é necessário sublinhar até que ponto o amor livre para as mulheres era visto como um fim em si mesmo ou apenas como um meio para que os homens se beneficiassem dele para mera satisfação de seu apetite sexual.

A propósito do posicionamento crítico de Lucía aos regimes “heterocráticos”, Mary Nash assinalou que esta postura é debitária muito mais “da sua experiência vital enquanto lésbica do que seu desafio anarquista ao discurso da domesticidade” (Nash, 1999, p. 143), experiência esta sugerida por algumas pessoas com as quais conviveu, mas também fortemente negada por outras que compartilharam do seu convívio⁶. Sem querer nem poder entrar na improdutiva querela que visa ora “tirar”, ora “colocar” Lucía no “armário”, penso ser mais interessante questionar a própria ideia de “armário”, ou seja, questionar, junto com Michel Foucault (1999), o dispositivo da sexualidade como forma de identificação e sujeição dos indivíduos nos jogos de poder e dominação no Ocidente moderno desde o século XVIII.

Portanto, pouco importa a este historiador saber se a autora era heterossexual, homossexual ou bissexual. A própria Lucía, aliás, era do entendimento que “para a união de dois seres bastava o livre consentimento de ambos” e denunciava que “a intromissão pública no ato carnal [era] a tradução de uma função simples e natural em um acontecimento espetacular de categoria pornográfica” (Saornil, 2015, p. 76-77).

MORAL

A ênfase do anarquismo espanhol na libertação sexual das mulheres como um componente potencialmente revolucionário significou, em certo sentido, um ataque à moralidade vigente na católica e ultraconservadora Espanha nas primeiras décadas do século XX. Enquanto os sacerdotes daquela instituição “abençoavam” as mulheres castas, associando-as à imagem da Santa Maria, “excomungavam” as mulheres que tinham uma vida sexual, associando-as à imagem da pecadora Eva.

A ideia de que a expressão sexual era um elemento extremamente importante para o desenvolvimento feminino, estimulou muitas mulheres anarquistas a buscarem estabelecer relacionamentos mais livres e oxigenados do que o habitual. Com efeito, muitas recusaram a institucionalização do casamento religioso ou civil, abriram mão das uniões monogâmicas e praticaram o controle da natalidade por meio do uso de métodos contraceptivos.

Entretanto, como já vimos, a adesão acrítica e irreflexiva em torno da teoria que se pretendia científica da diferenciação sexual, ao invés de questionar, robusteceu a imagem dos homens como sujeitos ativos e a imagem das mulheres como

⁶ Enquanto Suceso Portales e Sara Berenguer (Ackelsberg, 2005, p. 268), companheiras de militância em *Mujeres Libres*, afirmam que Lucía era lésbica, Elena María Samada Baroso e Helena Calvillo Samada, que conviveram com ela por quase trinta anos no período do franquismo, negam isso (Borras, 2015, pp. 64-68).

objetos passivos da atividade sexual. Este imaginário reconstruiu de modo similar, ainda que recorrendo as outras fontes, a dupla moral sexual, revelando segundo Lucía como “que no transcórrer dos séculos, o mundo masculino tem oscilado, frente à mulher, entre dois conceitos extremos: da prostituta à mãe, do abjeto ao sublime, sem deter-se no estritamente humano: a mulher” (Saornil, 2015, p. 45).

Os impactos dessa nova/velha dupla moral no interior da *CNT*, da *FAI* e, principalmente, da *FIL*, onde estas práticas ocorriam com mais intensidade, são sensíveis quando analisamos os desafios políticos enfrentados por estas mulheres. A dificuldade em estabelecer uma moralidade pública não dependente da moralidade privada impedia as mulheres de exercer sua sexualidade desligada dos esquemas forjados pelo patriarcado. Disso testemunham as reações habituais das mulheres anarquistas diante de suas experiências frustradas de amor livre.

Arguta observadora da realidade, Lucía resenha três delas. De acordo com a autora, a primeira incide na entrega incondicional ao homem, “caminho pelo qual a mulher não demora muito em ser reduzida a um brinquedo dos caprichos masculinos”, tornando-se uma espécie de extensão destes. A segunda passa pelo desancamento, no qual a mulher “se retrai decepcionada e acaba saindo de nossos meios” (Saornil, 2015, p. 50). Exceção a esta regra, são as poucas mulheres que, por terem uma “personalidade forte”, tiveram a audácia de desafiar a dupla moral. Tendo aprendido “a mensurar por si próprias o valor das coisas próprias” (Saornil, 2015, p. 50), arriscaram a desfrutar plenamente tanto do amor livre quanto da militância política. Isso não significou, entretanto, que estas últimas estivessem livres dos julgamentos dos homens anarquistas que, de modo implícito e explícito, tomavam sua vida sexual como forma de desqualificá-las moralmente.

Em virtude disso, Lucía pondera que “pretender introduzir nossas jovens de hoje no campo da liberdade amorosa sem nenhuma preparação cultural e ética diferente, tal como a entendem os jovens, é ingênuo disparate” (Saornil, 2015, p. 50). Uma vez que os homens ainda se mostraram incapazes de superar os “preconceitos que a sociedade acumulou [...] em seu espírito e psicologia”, iniciar desse modo a liberdade sexual para as mulheres equivaleria a “romper torpemente [...] o equilíbrio de suas vidas” (Saornil, 2015, p. 50).

Na visão de Lucía Sánchez Saornil, a superação dos impasses sobre a sexualidade feminina no interior do anarquismo espanhol passava pela criação de uma nova moral, na qual a mulher deveria ser vista como uma companheira em pé de igualdade e não como mero objeto sexual do homem. Nessa direção, lembra que a autonomia econômica, social, política e, principalmente, sexual, deveria ser a pedra de toque da ideologia libertária.

[...] o anarquista [...] que pede sua colaboração à mulher para obra de subversão social, deve reconhecer nela uma igual, com todas as prerrogativas de sua individualidade. E é por isso, precisamente, que eu acredito que não é ele quem deve

estabelecer as funções da mulher na sociedade, por mais elevadas que as considere. Ser anarquista, repito, é deixar que a mulher atue no uso de sua liberdade, sem tutelas nem coações (Saornil, 2015, p. 55).

Enunciado pouco mais de seis meses antes da eclosão da Guerra Civil e da revolução social na Espanha em 19 de julho de 1936, o posicionamento sustentado pela anarquista ganha importância na medida em que sedimenta as bases teórico-práticas em torno das quais irá se instituir e estruturar *Mujeres Libres*, organização criada por ela, Mercedes Comaposada e Amparo Poch y Gascón, que chegou a mobilizar cerca de vinte mil mulheres trabalhadoras na “dupla luta” pela sua emancipação de classe e de gênero durante a guerra e a revolução espanhola.

Como uma organização de, por e para mulheres, *Mujeres Libres* buscou estabelecer uma série de ações para modificar a curto e longo prazo a situação das trabalhadoras ao longo de quase três anos. Ao lado da criação da revista homônima (da qual existem 12 números), dos programas de alfabetização, cursos técnico-profissionais, creches anexas à fábricas, restaurantes populares, campos de treinamento militar, a referida organização foi pioneira no estabelecimento de projetos no campo sexual, tal como a divulgação de métodos contraceptivos, a prática do aborto, cursos de maternidade consciente e, não menos importante, os libertatórios da prostituição, que visavam acabar com a exploração sexual feminina e, ao mesmo tempo, permitir com que estas mulheres tivessem uma outra profissão.

Embora no decorrer do próprio processo, muitos destes projetos tenham tido seu potencial diminuído por causa da sobreposição dos interesses bélicos aos interesses revolucionários, é difícil não concordar com Margareth Rago, quando esta diz que

muitas décadas depois, salta à vista o pioneirismo de suas propostas, muitas das quais foram incorporadas e são hoje amplamente praticadas em nossa sociedade, sobretudo nos setores sociais voltados à crítica do autoritarismo em suas práticas cotidianas. Outros pontos, a exemplo do aborto e da prostituição, ainda são feridas abertas em nosso mundo e as respostas oferecidas hoje ainda estão muito aquém do patamar estabelecido por esses revolucionários nos anos vinte e trinta (Rago, 1999, p. 1189).

Para finalizar, cumpre aqui evocar a atualidade de Lucía Sánchez Saornil, que foi “alma de *Mujeres Libres*”, segundo a feliz expressão de uma de suas integrantes, Sara Berenguer (2004, p. 239). Sua constatação de que a questão sexual é uma questão política fundamental, nos leva a apontá-la, em parte, como antecedente da política sexual do feminismo da segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970. Para além das diferenças, mais classista na primeira e menos nas segundas, notamos que a sua luta se encontra com a das mulheres que vieram depois dela,

ao reivindicar o desafio das relações de poder que se mantinham no espaço privado, direitos reprodutivos e livre expressão da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackelsberg, Martha. *Free Women of Spain: Anarchism and the Struggle for the Emancipation of Women*. Oakland: AK Press, 2005.
- Anderson, Andrew A. “Lucía Sánchez Saornil, poeta ultraísta”, *Salina: Revista de Lletres*, nº 15, 2001
- Berenguer, Sara. *Entre el sol y la tormenta*. Valencia: Eixam Ediciones, 2004.
- Arguelles, Nuria Capdevilla. *Autoras inciertas: voces olvidadas de nuestro feminismo*. Madrid: Horas y Horas la editorial, 2008.
- Barrado, Jesus M. Montero. “Anarco-feminismo en España”, in: *La revista Mujeres Libres antes de la Guerra Civil*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2003.
- Borrás, Antonia Fontanillas. “Introducción”, in: Borrás, Antonia Fontanillas & Muñoz, Pau Martinez (org.). *Lucía Sánchez Saornil: poeta, periodista y fundadora de Mujeres Libres*. Madrid: Lamalatesta, 2014.
- Casamitjana, Rosa Maria Martín. “Introducción”, in: Casamitjana, Rosa Maria Martín (org.). *Lucía Sánchez Saornil-Poesía*. Valencia: IVAM/PRE-TEXTOS,1996a.
- Casamitjana, Rosa Maria Martín. (org.). *Lucía Sánchez Saornil-Poesía*. Valencia: IVAM/PRE-TEXTOS,1996b.
- Cleminson, Richard. “Beyond Tradition and Modernity. The cultural and sexual politics of Spanish anarchism”, in: Graham, Helne; Labany Jo. (org.). *Spanish Cultural Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Foucault, Michel. *História da sexualidade. Vol. I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- Goutte, Guillaume. *Lucia Sanchez Saornil, poétesse, anarchiste et féministe*. Paris: Éditions du Monde libertaire, 2011.
- Granel, Helena Andrés. Anarquismo y Sexualidad. *Germinal: revista de estudios libertarios*, nº. 5, Madrid, 2008.
- Marañón, Gregorio. *Tres ensayos sobre la vida sexual: Sexo, trabajo y deporte, Maternidad y feminismo, Educación sexual y diferenciación sexual*. Madrid: Biblio-teca Nueva, 1929.
- Miguel, Giuliana; Rotischelli, Michele; Silva, Thiago Lemos. “Lucía Sánchez Saornil: vida e obra de uma ‘Mujer Libre’”, in: Saornil, Lucía Sánchez. *A questão feminina em nossos meios*. Santiago/São Paulo: Biblioteca Terra Livre/Editorial Eleuterio, 2015.
- Nash, Mary. Rojas. *Las mujeres republicanas en la Guerra Civil*. Madrid: Taurus, 1999.
- Rago, Luzia Margareth. “‘Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales?’: amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola”, in: Simpósio Nacional de História, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999.

Saornil, Lucía Sánchez. *A questão feminina em nossos meios*. Santiago/São Paulo: Biblioteca Terra Livre/Editorial Eleuterio, 2015.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil na análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, jul./dez., 1990, pp. 5-22.

Artigo recebido em 22/05/2017; aprovado para publicação em 24/07/2017

RESUMO: Tomando como ponto de partida os ditos e escritos de Lucía Sánchez Saornil sobre “A questão feminina em nossos meios”, uma série de cinco artigos escritos e publicados pela autora no periódico barcelonês *Solidaridad Obrera*, em fins de 1935, ou seja, no contexto que precede a guerra e a revolução espanhola em 1936, o presente artigo busca, na direção aberta pelos estudos de gênero, interrogar a historicidade do lugar da sexualidade, em especial a feminina, no movimento anarquista e anarcossindicalista espanhol na década de 1930, lugar este que constituirá um ponto de partida incontornável para o trabalho posteriormente desenvolvido pela autora na organização *Mujeres Libres* ao longo de quase três anos.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT: Considering the speeches and writings of Lucía Sánchez Saornil about “The matter of Woman in our fields”, a series of five articles written and published by the author in the newspaper *Solidaridad Obrera*, from Barcelona, at the end of 1935, in the context which precedes the war and the revolution in Spain in 1936, this article intends to seek, considering the open direction by gender studies, to question the historicity of the place of sexuality, especially the feminine, in the anarchist and anarcho-syndicalist Spanish movement in the 1930s. This place will constitute an essential starting point for the work subsequently developed by the author in the *Mujeres Libres* organization over almost three years.

KEYWORDS: Anarchism. Gender. Sexuality.